

## CRONOLOGIA DO PROCESSO DE REQUALIFICAÇÃO AV. ALIADOS / PRAÇA DA LIBERDADE

14 de Março de 2005 - apresentação pública do projecto pelos seus autores.

18 de Abril de 2005 - a Assembleia Municipal do Porto recomenda à Câmara que o projecto deve ser sujeito a uma «discussão pública "abrangente" que envolva não só a autarquia, mas também as associações da cidade e os municípios».

19 de Abril de 2005 - comunicado da Campo Aberto ("A nova Avenida dos Aliados: um presente envenenado") contestando o projecto, publicado na íntegra no Público de 21 de Abril.

finais de Abril de 2005 - início das obras segundo o projecto, sem que tenha sido respeitada a recomendação da Assembleia Municipal de se fazer discussão pública.

5 de Maio de 2005 - cartas da Campo Aberto sobre as obras na Av. Aliados da Campo Aberto à CMP, ao IPPAR e ao Provedor de Justiça (invocando nomeadamente a ausência do parecer prévio obrigatório do IPPAR e o incumprimento do artigo 4º da Lei n.º 83/95, que regula as discussões públicas).

16 de Maio de 2005 - uma proposta de recomendação da CDU, no sentido de parar as obras até que o projecto seja apreciado pelos órgãos municipais e pelo Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), é chumbada pelo Executivo Municipal (porque um vereador socialista se ausenta da sala para atender o telemóvel).

6 de Junho de 2005 - IPPAR dá parecer favorável ao projecto.

7 de Junho de 2005 - debate do projecto, com a presença dos seus autores, na Assembleia Municipal do Porto. Uma moção apresentada pela CDU, censurando Rui Rio por ter desrespeitado a recomendação da Assembleia Municipal de promover a discussão pública do projecto dos Aliados, foi chumbada por se terem ausentado da sala dois deputados do PS.

14 de Junho de 2005 - início da recolha de assinaturas para o abaixo-assinado contra as obras.

25 de Junho de 2005 - Provedor de Justiça responde à Campo Aberto, informando que vai convocar o Presidente da Câmara e abrir um inquérito para apurar o possível incumprimento da Lei n.º 83/95.

6 de Julho de 2005 - As associações Campo Aberto, ARPPA, APRIL, Olho Vivo, Quercus e GAIA promovem uma reunião pública na Fundação Eng. António de Almeida «aberta a todos os cidadãos interessados em defender os valores cívicos e patrimoniais postos em causa pelo processo de requalificação Avenida dos Aliados / Praça da Liberdade». A reunião, em que participaram cerca de 300 pessoas, contou com o geógrafo Prof. J. A. Rio Fernandes e o economista Dr. Rui Moreira como oradores convidados.

8 de Julho de 2005 - As associações Campo Aberto, ARPPA, APRIL, Olho Vivo, Quercus e GAIA apresentam queixa ao Ministério Público e à Inspecção-Geral do Ambiente contra a Câmara Municipal do Porto e contra a empresa Metro do Porto, S.A. O fundamento é o incumprimento da Lei n.º 83/95 e o desrespeito pelas recomendações da Avaliação de Impacte Ambiental (o que configura uma violação do Decreto-Lei n.º 186/90).

11 de Julho de 2005 - São entregues em mão na Assembleia Municipal do Porto as assinaturas dos 2510 primeiros subscritores do abaixo-assinado contra o projecto em curso de requalificação da Av. dos Aliados / Praça da Liberdade.

13 de Setembro de 2005 - Audiência em Lisboa dos representantes das associações com o o Chefe de Gabinete da Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado dos Transportes (em representação desta última, que não compareceu à reunião por estar doente). Audição dos mesmos representantes pela Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura.

16 de Setembro de 2005 - Emitido o relatório da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura que unanimemente recomenda que a petição sobre a Av. dos Aliados / Praça da Liberdade, das associações atrás mencionadas, deve: (i) ser publicada na íntegra no Diário da Assembleia da República; (ii) ser apresentado e discutido no plenário da Assembleia da República; (iii) ser dado a conhecer à Comissão de Poder Local, Ambiente e Ordenamento do Território, à Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, e aos Grupos Parlamentares. Além disso o relatório determina que deverão ser ouvidos os responsáveis da Câmara Municipal do Porto, da Metro do Porto S.A. e do IPPAR para esclarecimento das dúvidas levantadas sobre a legalidade do processo.

6 de Outubro de 2005 - Uma vez que o Presidente da Câmara do Porto não deu resposta a um pedido de audiência feito por carta registada com data de 8 de Setembro, foram entregues no Gabinete do Município, pelos representantes das associações, as assinaturas dos mais de 6200 subscritores dos abaixo-assinados de protesto contra a transformação da Av. dos Aliados / Praça da Liberdade.

11 de Outubro de 2005 - Audições do IPPAR (nas pessoas do Presidente cessante, João Rodeia, do Director Regional do IPPAR do Porto, Lino Dias Tavares, e do Chefe de Divisão de Salvaguarda do IPPAR do Porto, Miguel Rodrigues) e da Metro do Porto S.A. (representada pelo Presidente da Comissão Executiva, Oliveira Marques, pelo arquitecto Manuel Teixeira, e pelo engenheiro Luís Meireles) pela Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura.